

DESAFIO É ATRAIR INVESTIDORES

Especialistas defendem ajustes no modelo de contratação para alcançar os R\$ 112 bilhões previstos até 2023 Por Inaldo Cristoni

O setor elétrico define o seu plano decenal de expansão em meio a um cenário de desequilíbrio entre a demanda crescente por investimento em transmissão e a baixa oferta de empreendedores para a construção de linhas de escoamento de energia que serão licitadas. Até 2023 está prevista a aplicação de R\$ 112 bilhões na rede de transmissão, que passará dos atuais 125 mil quilômetros para mais de 185 mil de extensão. Mas a pergunta que se faz é como atrair novos players para evitar leilões vazios e sem concorrência, como tem sido frequente nos últimos anos.

Os especialistas apontam a necessidade de ajustes no modelo de contratação. O impacto da Medida

Provisória 579, convertida na Lei 12.783, a demora na obtenção de licenciamento ambiental e o prazo de execução das obras são fatores críticos que estão provocando atrasos no cronograma de entregas de linhas de transmissão. Além disso, há o impacto do cenário macroeconômico desfavorável.

No ano passado, foram leiloados um total de 24 lotes de linhas de transmissão, dos quais 15 não receberam ofertas. Praticamente não houve disputa pelo restante arrematado. A quantidade de lotes vazios vem crescendo desde a edição da MP 579, em 2012. No certame realizado em 2010, dois lotes não foram contratados por falta de interessados. No ano seguinte, apenas um trecho não teve lance e, em 2012, três não receberam proposta. Já no leilão de 2013 foram registrados dez lotes vazios e no de 2014, 12.

Um dos motivos para a falta de concorrência é a baixa remuneração. O custo do capital é um dos parâmetros utilizados na definição da Receita Anual Permitida (RAP), cujo teto é estabelecido para que os lances sejam feitos com valores decrescentes. O mercado considera que esse parâmetro está sendo muito baixo, distante da realidade.

Em uma tentativa de evitar lotes vazios e estimular a disputa, a taxa de retorno dos empreendimentos a

serem licitados este ano aumentou de 8,5% para 9,5%, o que eleva em 11% a RAP para os vencedores dos certames. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) pretende oferecer 26 lotes em dois leilões – um em abril e outro em julho –, totalizando 12.811 km de linhas de transmissão, com expectativa de investimentos de R\$ 12,2 bilhões. Localizados em 20 Estados, os empreendimentos devem entrar em operação em 36 a 60 meses a partir da assinatura dos contratos.

Considerando o risco, a taxa de retorno poderia ser mais alta, mas melhorou bastante ao que se propunha antes, observa Alexei Vivan, diretor-presidente da Associação Brasileira das Companhias de Energia Elétrica (ABCE). “Agora, é preciso resolver a questão da indenização para que os tradicionais players possam voltar a investir”, diz.

As companhias de transmissão concordaram em antecipar a renovação de suas concessões em troca de indenização do capital investido em ativos e ainda não amortizados, já que, com a MP, a tarifa passaria a cobrir só os custos de operação e manutenção das linhas de transmissão. O problema é que parte da indenização – cerca de R\$ 20 bilhões – ainda não foi paga. Por outro lado, houve uma redução significativa da remuneração para operação e manutenção das linhas de transmissão.

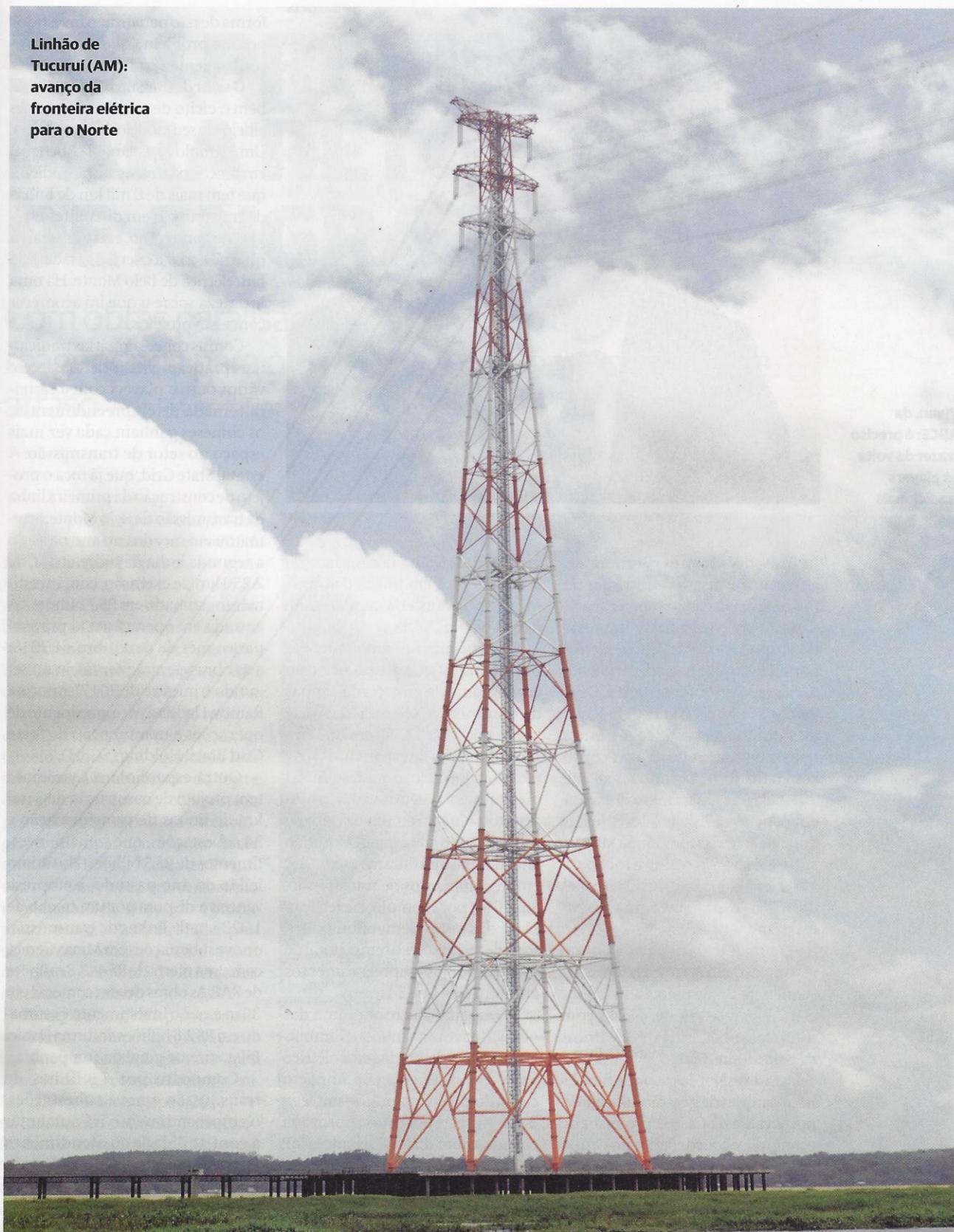
Linhas de transmissão

Total instalado no sistema elétrico

CLASSE DE TENSÃO	LINHAS INSTALADAS	PARTICIPAÇÃO %
230 kV	54.101	41,9
345 kV	10.303	8
440 kV	6.733	5,2
500 kV	42.622	33
600 kV	12.816	9,9
750 kV	2.683	2,1

*Linhas em operação da rede básica, conexões de usinas, interligações internacionais e sistema de Roraima
Fonte: Ministério de Minas e Energia

**Linhão de
Tucuruí (AM):
avanço da
fronteira elétrica
para o Norte**



LEO CALDAS / VALOR

DIVULGAÇÃO



Vivan, da ABCE: é preciso trazer de volta os players tradicionais

Esses dois fatores diminuíram as receitas, causaram restrições de fluxo de caixa e afetaram a capacidade de investimento de empresas do grupo Eletrobras (Chesf, Eletro-norte, Eletrosul e Furnas), concessionárias estaduais (CEEE, Celg, Cemig GT e Copel GT) e a CTEEP, que tiveram limitadas a sua presença nos leilões de transmissão. De acordo com o Instituto Acende Brasil, até 2012, elas contrataram sozinhas ou em consórcio 73% dos lotes licitados pela Aneel. Depois que a MP 579 entrou em vigor, o índice caiu para 37%, o que coloca em dúvida o papel dos leilões de promover um ambiente de competição vigoroso.

O aumento da demanda por investimento em transmissão é consequência do avanço da fronteira elétrica para as regiões Norte, com a instalação das usinas hidrelétricas de Belo Monte, Jirau, Santo Antônio, Teles Pires, e Nordeste, onde funcionam parques de geração eólica, afirma Nivalde de Castro, professor de economia e coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Gesel/UFRJ). “A mudança da matriz energética, com a entrada da ener-

gia eólica, dobrou a necessidade de investimentos em linhas de transmissão por causa da capilaridade dessas plantas.”

O licenciamento ambiental é o principal responsável pelo atraso no cronograma de entrega das linhas de transmissão. Relatório da Aneel indica que 227 (62,5%) dos 363 empreendimentos de expansão da rede monitorados estão com atraso de 503 dias, em média. Além disso, 71,2% dos projetos sofreram atrasos na etapa de licenciamento ambiental. O segundo fator de atraso é a duração média dos empreendimentos de transmissão. Em 2014, por exemplo, a execução física das obras demandou pouco mais de 15 meses, e o tempo total de construção dos empreendimentos girou em torno de 34 meses.

A respeito do cronograma das obras, houve uma mudança importante na legislação do setor elétrico para tentar amenizar o impacto causado pela demora de entrega dos empreendimentos. Aprovada em novembro do ano passado, a MP 688 prorroga o prazo de concessão no caso de atrasos não intencionais decorrentes de licenciamento ambiental e outros problemas. “É uma

forma de não penalizar o investidor por um problema que ele não causou”, salienta Vivan, da ABCE.

O setor de transmissão sente também o efeito de problemas que são alheios ao seu modelo de contratação. Um exemplo é a espanhola Abengoa, em processo de recuperação judicial, que tem mais de 6 mil km de linhas de transmissão em diferentes estágios de construção, entre as quais a que irá escoar a energia gerada pela hidrelétrica de Belo Monte. Há uma incerteza sobre o que irá acontecer com esses projetos.

Com as concessionárias tradicionais praticamente fora do páreo e vários outros players com a carteira tomada de empreendimentos, os chineses ganham cada vez mais espaço no setor de transmissão. A estatal State Grid, que já toca o projeto de construção da primeira linha de transmissão de Belo Monte, arrematou em meados do ano passado a segunda linha da hidrelétrica, de 2.250 km de extensão, com investimento estimado em R\$ 7 bilhões. “A entrada em operação está prevista para o mês de dezembro de 2019, e as obras deverão ter início no segundo trimestre de 2017”, informa Ramon Haddad, vice-presidente de operações e manutenção da State Grid Brazil Holding (SGBH).

Outra espanhola, a Cymimasa tem projeto de construção de 3 mil km de linhas de transformação e 34 subestações, que somam investimentos de R\$ 5 bilhões. No último leilão do ano passado, a empresa venceu a disputa por um trecho de 1.323 km de linhas de transmissão e nove subestações em Minas Gerais, com uma oferta de R\$ 448,8 milhões de RAP. As obras devem começar em 36 meses, e o investimento é estimado em R\$ 2,6 bilhões, informa Daniel Bilat, diretor-geral da companhia.

Composto por 11 linhas de transmissão e nove subestações, o empreendimento irá aumentar a confiabilidade ao atendimento elétrico no leste de Minas Gerais, que concentra a região produtora de minério e siderurgia do Brasil, conhecida como Vale do Aço.